

## Líder avalia chances para entendimento

A Constituição não está acabada ainda. Apesar da existência de grupos indefinidos e resistentes dentro do próprio PMDB, há um vasto campo para entendimento sobre as várias questões polêmicas, como propriedade privada, reforma agrária, participação do Estado na economia e sobre as questões sociais. A constatação é do líder do governo no Congresso, deputado Carlos Santana, que atualmente dedica-se ao trabalho preliminar de formação de um pacto, dentro do PMDB.

Santana visa, com esse pacto, obter um mínimo consenso do partido para que depois se possa pensar num pacto suprapartidário para a aprovação da nova Carta constitucional.

"Eu tenho por princípio" — diz Santana — "não disputar o que posso conciliar. Então, no que houver possibilidade de conciliação, naturalmente vamos escolher este caminho. Hoje, depois do acirramento dos ânimos em várias comissões, com radicalizações de ambos os lados, há a evidência de que pode haver entendimento em várias áreas".

Para ilustrar as evidências a que se refere, o líder do governo no Congresso cita o relatório da Comissão da Ordem social, que classifica de "progressista até demais", quando prevê a estabilidade no emprego, a jornada de 40 horas semanais de trabalho e o pagamento de férias em dobro, entre outros itens.

No outro extremo, ele cita o relatório da Comissão da Ordem Econômica, aprovado apenas pelo chamado grupo conservador, que defende uma liberalidade excessiva do capital privado, excluindo quase que totalmente a presença do Estado ou limitando a sua ação apenas a setores estratégicos, onde a iniciativa privada não tenha capacidade ou seja de interesse da segurança nacional.

"A economia, bem como o mercado interno, não é patrimônio nacional" — diz Carlos Santana — "mas também não pode ficar totalmente desligada do Estado, porque a sociedade brasileira não deseja a implantação no país de um sistema capitalista selvagem, livre de qualquer controle ou ordenamento por parte do estado".

O líder do governo determinou a sua assessoria que faça uma profunda análise dos diversos textos dos relatórios das comissões, tentando compatibilizar pontos e eximir redundâncias, por entender que nestes textos encontram-se sutilezas que somente com uma investigação profunda pode-se entender. "Mas é possível avançar muito em relação aos relatórios, desde que se encontre o entendimento. O próprio senador Mário Covas, num recente debate que tivemos, já manifestou a sua disposição para o entendimento, e creio que ele está bastante próximo, a nível do PMDB.

Carlos Santana concorda que, em muitos pontos, não será possível este amplo entendimento, devido às convicções pessoais de cada um dos constituintes. "É claro que ninguém vai me dizer como eu vou votar na questão do aborto ou do controle da natalidade, pois eu sou um médico. Nem ninguém vai dizer ao Roberto Cardoso Alves como ele vai votar na questão do direito à propriedade. Mas se obtivermos nas diversas questões um percentual de 80 por cento de concordância, a nova Carta estará refletindo os anseios da maioria da população brasileira", conclui o líder governista.

Josemar Gonçalves



Santana tenta conciliação

# Apelo a Ulysses tenta conter radicalização

Um grupo de pefelistas, que inclui o secretário-geral do partido, Saulo Queiroz; o presidente do Instituto Tancredo Neves, Lúcio Alcântara, e os deputados Humberto Souto (MG) e Jaime Santana (MA), procurará, ainda esta semana, o ministro Aureliano Chaves e o presidente do PMDB e da Constituinte, Ulysses Guimarães, para solicitar o empenho de ambos nos esforços destinados a conter a radicalização de posições na Assembléia.



Essa tentativa de desarmamento de espírito entre os constituintes já nasce sob o descrédito de alguns líderes partidários: o do PDS, Amaral Netto, acha "impossível conter a radicalização dos contrários"; o do PTB, Gastone Righi, diz que "tudo não passa de *mis-scene*, porque ninguém está procurando ninguém para conversar" e o do PDT, Brandão Monteiro acredita que o alegado esforço de conciliação seria uma tentativa, das forças conservadoras, "de conter a mobilização das forças progressistas".

Lúcio Alcântara e Humberto Souto explicam que a intenção deles e de outros pefelistas envolvidos na missão conciliadora é a de procurar condições para que a futura Constituição "realmente reflita os anseios da sociedade e não seja apenas instrumento dos interesses das grandes corporações ou de grupos ideológicos".

No encontro com Ulysses, que pode ocorrer ainda hoje, os pefelistas pedirão que ele faça gestões junto às diferentes correntes do PMDB, visando a arrefecer o clima de quase beligerância existente entre a



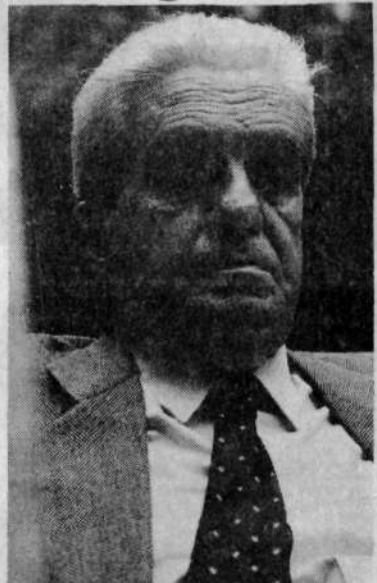
Saulo Queiroz faz tentativa

esquerda e a direita do partido. Numa resposta indireta à desconfiança do líder Brandão Monteiro — quanto à possibilidade da existência de uma tática conservadora por trás da conciliação — Lúcio Alcântara acusa o próprio líder do seu partido, José Lourenço, de estar numa posição muito à "direita".

Segundo Brandão Monteiro, os conservadores têm, na Comissão de Sistematização, uma força bem menor que a por eles constituída na Comissão da Ordem Econômica, onde conseguiram aprovar propostas que os progressistas consideram "retrogradadas", especialmente a relativa à reforma agrária.

"É sintomático que só agora eles falem em entendimento. Nas comissões temáticas eles nunca procuraram ninguém com propostas conciliatórias.

O líder do PDS, Amaral Netto, disse que "o ideal seria uma Constituição que refletisse a média da sociedade, mas os radicais dos dois lados não vão



Amaral Netto acha 'impossível'

abrir mão das suas posições". Gastone Righi, do PTB, também afirmou não acreditar na viabilidade do entendimento entre grupos ideologicamente antagônicos, mas ressaltou que pessoalmente está receptivo à negociação, desde que não seja em torno de alguns "avanços" aprovados pela Comissão da Ordem Social, como o restabelecimento da estabilidade e a jornada de 40 horas semanais de trabalho.

O vice-líder do PMDB na Câmara, Ibsen Pinheiro, que ontem estava no exercício da liderança, declarou que "nenhum grupo ideológico, econômico ou de defesa de privilégios tem condições de escrever sozinho a Constituição". Por isso, a exemplo dos pefelistas, ele entende que o texto constitucional deve ser objeto de negociação política. Uma vez que não há possibilidade de ser o ideal para nenhum grupo — acentua — deve ser o "texto possível, contendo concessões mútuas".

## Cardoso propõe um

(sic).

A escolha de alternativas que se ajustem ao programa do PMDB e ao mesmo tempo sejam politicamente realistas e aceitáveis pelos demais partidos foi proposta, ontem, pelo líder peemedebista no Senado, senador Fernando Henrique Cardoso, ao grupo de relatores adjuntos na Comissão de Sistematização da Constituinte. Esse grupo que, é integrado por parlamentares do PMDB — o próprio Fernando Henrique e mais o deputado Nelson Jobim (RS) e os senadores José Ignácio Ferreira (ES) e Wilson Martins (MS) — está auxiliando o relator-geral da Constituinte, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), a conciliar os pontos divergentes sobre diversos assuntos, propostos pelas oito comissões temáticas em que se dividiu aquela Assembléia.

O parlamentar paulista reconheceu, no entanto, que não será fácil, em muitos casos, encontrar um ponto de convergência entre as alternativas oriundas das comissões temáticas. Em certos casos, como no tocante à reforma agrária, por exemplo, foram feitas três propostas colidentes, sobre forma de indenização das desapropriações.

Ficou estabelecido, no entanto, que a Comissão de Sistematização terá de ater-se aos textos sugeridos pelas comissões temáticas, não podendo inovar em nenhum assunto, ao preparar o anteprojeto que será levado ao Plenário da Constituinte, no próximo dia 28, para recebimento de emendas até dois de julho vindouro.

A hipótese de conciliação de propostas diametralmente opostas uma às outras depara-se, ainda, com as resistências de numerosos constituintes da Comissão de Sistematização. Assim é que o deputado Bonifácio de Andrada, do PDS mineiro, entende que essa comissão deva preocupar-se, caso a caso, propriamente não com a fórmula do consenso, mas com a que tenha sido apresentada na comissão que tratou do mérito de cada assunto.

Além das divergências profundas entre as conclusões

das Comissões da Ordem Econômica e dos Tributos — o que deverá complicar bastante a definição em torno de temas como a reforma agrária — há também o caso da Comissão de Ciências, Família, Tecnologia, Esporte, Cultura, Educação e Comunicação, que não aprovou nenhum relatório conclusivo. Nessa área, as maiores divergências se verificam sobre a questão do ensino público ou privado e sobre concessão de canais de rádio e televisão. Na Comissão do Poder Legislativo (Organização dos Poderes) estabeleceu-se que as concessões sejam feitas ad-referendum do Congresso. Na Comissão Temática própria (Ciência etc.) houve omissão quanto a essa matéria.

Depois de examinarem todos estes problemas, os relatores adjuntos ficaram de solucioná-los à noite, com o presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, e com o relator da Sistematização, Bernardo Cabral, para elaborarem o anteprojeto a ser submetido ao plenário da Assembléia.

De resto, além de tais aspectos, em muitos casos pesará também no ânimo dos constituintes não somente os compromissos partidários mas também o realismo político. Há dias, a Comissão de Organização de Poderes do Estado evoluiu, no tocante ao parlamentarismo, da fórmula da desconfiança coletiva, plural e individual sobre o ministério (conforme recaísse sobre todos os ministros, dois ou três ministros ou apenas um deles) para o sistema da desconfiança apenas coletiva. Essa posição, em termos políticos, tornou mais aceitável o sistema parlamentar de governo, por evitar que o Parlamento se manifeste, no futuro, especificamente, sobre o comportamento de ministros militares. Ao votar-se tal mudança, o senador Luís Viana Filho (PMDB-BA) quis saber por que o relator mudara seu ponto de vista e se o fizera por ter ouvido o governo, a respeito do assunto. Foi-lhe explicado, então, que haviam sido feitas consultas governamentais sobre tal problema.

## Empresário vê conquista assegurada

São Paulo — O ideário do empresariado nacional e os interesses do sistema capitalista estão assegurados na nova Constituição brasileira, pelo menos nos textos dos anteprojetos elaborados pelas oito Comissões Temáticas da Assembléia Nacional Constituinte. A avaliação de Carlos Eduardo Moreira Ferreira, presidente da Comissão de Acompanhamento dos Trabalhos da Constituinte, da Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp), será detalhada num grande seminário sobre "Os Agentes Econômicos na Constituinte", a ser realizado no próximo dia 3 de julho na sede da federação, com a participação de Bernardo Cabral, Francisco Dornelles, Albano Franco, Afif Domingos e outros constituintes de vários partidos.

A única derrota, por enquanto, registrada pelos empresários ocorreu na Comissão da Ordem Social, cujo relator é o senador Almir Gabriel, do PMDB do Pará. Mas a Fiesp ainda não se dá por vencida, esperando corrigir algumas questões na Comissão de Sistematização ou mesmo no plenário. "Nessa comissão houve um rolo compressor do centro-esquerda e nós conseguimos poucos avanços. O relatório, inclusive, desconsiderou as emendas e pedidos de destaques", reclama Moreira Ferreira, depois de meses de uma longa maratona entre reuniões com sindicatos patronais, com representantes de empresas estrangeiras e contatos com lobistas, advogados, políticos, deputados e senadores.

A maior vitória para toda a sociedade, segundo Moreira Ferreira, será um texto constitucional curto, equilibrado e que reflita os avanços do século XX. Para um dos segmentos dessa sociedade civil representados pelos empresários de todas as áreas de atuação, a Comissão da Ordem Econômica conseguiu refletir os princípios moderados de centro. O relatório inicial, apresentado pelo senador Severo Gomes (PMDB-SP) desagradou a Fiesp, que apresentou dezenas de opiniões e correções.